



## **AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO ENQUANTO REALIDADE EM MOVIMENTO PELA CULTURA INSTITUCIONAL**

**CRISTINA MISSAO BORILLE KUBA**

Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC

cristinakuba@gmail.com

### **RESUMO**

Este trabalho tem o objetivo de analisar comparativamente os indicadores de extensão do IFSC com os dados em processo de avaliação institucional e com os indicadores elaborados pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão - FORPROEX. Assim, o referencial teórico é apresentado em contextos sobre cultura e sobre avaliação, tanto numa abordagem mais macro quanto na abordagem institucional que remete ao estudo de caso do trabalho. Desta forma, a metodologia de pesquisa escolhida é do tipo descritiva porque seus dados foram analisados de forma indutiva. A abordagem é qualitativa do tipo estudo de caso pela escolha específica do IFSC, enquanto que os procedimentos técnicos adotados para a investigação foram a revisão bibliográfica e a documental. Nesse contexto, como resultados apresentados foi feita a análise comparativa dos dados coletados documentalmente e na bibliografia do FORPROEX. Os principais resultados da análise comparativa demonstra que a avaliação da extensão é um processo em construção tanto em nível de fórum quanto institucional. Há preocupação e cuidado com a participação coletiva dos interessados no processo de elaboração de indicadores e definição de que avaliar. Ou seja a avaliação da extensão necessita ser parte relevante na avaliação institucional.

**Palavras chave:** Avaliação. Extensão. Cultura.

## 1 INTRODUÇÃO

Nos estudos sobre universidade há a vertente de que a universidade é uma instituição social e exprime uma sociedade baseada em determinada estrutura e modo de funcionamento da sociedade como um todo. Desta forma, a relação entre sociedade e universidade, desde o seu surgimento, pós Revolução Francesa, é entendida sob o ponto de vista de que a universidade pública é uma instituição social, cuja ação e prática social é fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e atribuições num princípio de diferenciação. Isso lhe confere autonomia perante outras instituições sociais. E o fato de ser estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores concedem reconhecimento e legitimidade internos a ela. Essa concepção de universidade como instituição social diferenciada e autônoma só é possível em um Estado republicano e democrático (CHAUÍ, 2003).

Entretanto, na concepção de universidade como organização há implícito uma relação de prestação de serviços. E assim regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível. É uma universidade operacional estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos (CHAUÍ, 2003).

O que é percebido aqui são duas construções de realidades sociais em momentos históricos distintos que se modificam pelo processo cultural que as construíram.

Assim ao se falar em cultura é necessário refletir sobre as duas concepções do tema, com todos os seus aspectos da realidade social e também em uma visão alternativa, compreendendo tendências de pensar a vida e a sociedade na qual a natureza e a realização individual são enfatizadas e que tem por temas a ecologia, o corpo, a imagem, as relações sociais, alimentação e espiritualidade. É, pois, uma dimensão do processo social, da vida em sociedade a partir de uma construção histórica (SANTOS, 2006).

Na obra *A Cultura no mundo líquido moderno* é possível estudar a cultura como originária de um processo histórico das condições financeiras das sociedades que produziram a estratificação das classes sociais. E que hoje - mundo líquido moderno - a cultura não serve só a estratificações e divisões da sociedade, mas a um mercado de consumo orientado para a rotatividade (BAUMAN, 2003).

Desta forma, não há como falar em universidade sem falar sobre cultura ou sobre o processo histórico em que está inserida. E por conseguinte não há como desconsiderar o processo histórico da cultura de avaliação das universidades. Cada vez mais fortemente presente.

Nesse contexto, das instituições serem avaliadas por índices de produtividade também por outras razões que não possuem foco neste momento da pesquisa, a cultura da avaliação foi se estabelecendo em diferentes níveis, desde a institucional até a formulação de indicadores por áreas temáticas.

Assim, como servidora pública de uma instituição de educação, lotada na Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas, tenho interesse na temática extensão, por isso a escolha por estudar o que fundamenta a extensão feita no Brasil.

Por isso, a proposta desse trabalho relaciona a concepção de universidade como instituição social e a cultura inerente da construção coletiva que a circunda e a incorpora, bem como a cultura da avaliação presente nas instituições de ensino superior. O objetivo deste trabalho é analisar comparativamente os indicadores de extensão do IFSC com os dados em processo de avaliação institucional e com os indicadores elaborados pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão - FORPROEX.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 REFLEXÕES SOBRE AVALIAÇÃO

Muitas são as perspectivas quando se trata de avaliação. Desde os processos de aprendizagem, seja acadêmica, científica, esportiva ou artística. Da mesma forma que há avaliação de âmbito institucional, de desempenho individual e por áreas temáticas de atuação das instituições.

A bibliografia sobre este tema é vasta, mas dentre as concepções de avaliação há de que é um processo para determinar até que ponto os objetivos educacionais foram realmente alcançados dita por Tyler (1950), considerado um dos pais da temática. Nessa concepção avaliação está fortemente ligada a objetivos. Assim, um programa, currículo ou instituição é bem avaliado ou avaliada se os objetivos expressos foram atendidos, o que diminui os questionamentos que porventura o avaliador pudesse fazer (DIAS; RISTOFF, 2003).

O professor Dilvo I. Ristoff (2003), inclusive, pesquisou e selecionou diversas definições sobre avaliação em sua obra *Avaliação e compromisso público*. Além de Tyler, há a definição de Cronbach (1963) de que “avaliação é a coleta de informações com vistas à tomada de decisões”. Já Stufflebeam (1983) afirmou que a avaliação educacional é o estudo concebido e conduzido para ajudar o público a julgar e a aperfeiçoar o valor de algum objeto educacional, por isso é um estudo para a tomada de decisões. Seu uso deve ser proativo, quando para aperfeiçoar um programa, por exemplo. Ou retroativo quando for para julgar o seu valor.

Quanto à avaliação institucional, a visão de Dias Sobrinho (1995), é de que se trata de um empreendimento sistemático que busca a compreensão global da universidade, pelo reconhecimento e pela integração de suas diversas dimensões. E de acordo com a sua perspectiva avaliação pode ser entendida como controle ou emancipação. Na perspectiva de controle é quando o Estado se utiliza da sua função de avaliador de forma exarcebada da dimensão de burocrático-legalista de controle, modelação, ajustamento e fiscalização.

Nesse sentido, a participação do Estado nos indaga a analisar a avaliação de acordo com a concepção de universidade. Enquanto instituição social, a avaliação instaura a reflexão e o questionamento, ou seja, a produção de sentidos. Entretanto, a universidade enquanto organização, a avaliação é vista como regulação e controle, prescinde de qualquer exercício de reflexão e de interrogação: os sentidos já são dados que se completam em si mesmos (da eficiência, do êxito, do lucro e seus meios, planejamento, a administração eficaz...). Assim só resta a medição. Mas a avaliação educativa requer a construção coletiva de um pensamento sobre a filosofia educativa, em que emergem os questionamentos a respeito dos sentidos éticos, políticos, filosóficos, ou seja, profundamente humanos. A lógica, nesse viés, não pode ser de mero controle, uma vez que a instituição produz em seu conjunto ações sociais e educativas (DIAS SOBRINHO, 2003).

Em contraposição ao mero controle, a avaliação de instituição de educação superior precisa ser concebida como um amplo processo de conhecimento, interpretação, juízo de valor, organização e instauração de ações e metas para melhorar o cumprimento das finalidades públicas e sociais das instituições. O caminho, nesse contexto, é uma avaliação institucional educativa formativa, comprometida com as necessidades e interesses públicos de responsabilidade coletiva da comunidade educativa e do Estado, de forma democrática e participativa. Além de formativa, a avaliação deve ser global e contínua, para que haja a compreensão de conjunto da universidade, como passo necessário para a construção e

consolidação de sua qualidade, de acordo com os requisitos éticos do desenvolvimento social (DIAS SOBRINHO, 2003).

Em termos de níveis, a avaliação de instituição de educação superior, possui dois: nacional e o de cada instituição. Em nível nacional a avaliação é organizada pelo Ministério da Educação, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), com legislação e procedimentos próprios. Em nível institucional, Dias Sobrinho (2003) sugere um processo avaliativo composto por três dimensões essenciais: a) autoavaliação ou avaliação interna; b) avaliação externa; c) reavaliação ou meta-avaliação. Assim, a continuidade da fundamentação teórica desse trabalho prevê o estudo do sistema de avaliação proposto pelo MEC e prevê o processo avaliativo que acontece no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC).

### **2.1.1 Sistema Nacional da Educação Superior**

Atuação do Estado-Avaliador que acredita que a base da mudança seja por meio da normatização, resultados e produtos que assegurem a eficiência. Embora no Brasil as instituições de educação superior tenha a sua autonomia protegida constitucionalmente, por vezes as discussões sobre a vocação da universidade se perdem em função de colocarem energias para dar conta da qualidade imposta pelos processos avaliativos externos (CUNHA; FERNANDES, FORSTER, 2003).

Nos processos avaliativos já existentes no Brasil, o em vigor é Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) foi instituído com o objetivo de assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes cujas finalidades incluem a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional (BRASIL, 2004).

Pelo objetivo e finalidades, o SINAES (BRASIL, 2004), é uma materialização de uma política educacional centrada na avaliação com vistas aos valores democráticos.

É, pois, um sistema que combina regulação e avaliação educativa, em suas dimensões externa e interna, com responsabilidade compartilhada ao Estado e das instituições, e que interessa, sobretudo, à população que tem o direito de contar com um sistema educativo que cumpra com os anseios da sociedade. Dessa forma, apresenta uma concepção de avaliação que procura articular a dimensão interna e externa, a comunidade acadêmica com membros da sociedade, as instâncias institucionais com as nacionais e internacionais (VASCONCELOS, 2015).

### **2.2 REFLEXÕES SOBRE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**

Uma vez que o avaliador externo oficial das instituições de educação superior é o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) convém explicitar a concepção de avaliação institucional que este órgão possui. Nesse viés, a avaliação institucional é um dos componentes do SINAES (2004) e está relacionada com a melhoria da qualidade da educação superior; a orientação da expansão de sua oferta; ao aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social, o

aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional (VASCONCELOS, 2015).

Na avaliação institucional, considerada pelo INEP, o objeto de análise é o conjunto de dimensões, estruturas, relações, atividades, funções e finalidades de uma instituição de educação superior; dentre outros aspectos, ensino, pesquisa e extensão, administração, responsabilidade e compromissos sociais, formação etc. Quanto aos sujeitos da avaliação são os conjuntos de professores, estudantes, funcionários e membros da comunidade externa especialmente convidada ou designada. E, por fim, quanto aos processos avaliativos devem constituir um sistema que permita a integração das diversas dimensões da realidade avaliada, assegurando as coerências conceitual, epistemológica e prática, bem como o alcance dos objetivos dos diversos instrumentos e modalidades (VASCONCELOS, 2015).

Para Barriga (2015) a avaliação institucional costuma realizar-se mediante um processo de autoavaliação que se complementa com uma avaliação externa. Esta pode ser uma atividade profunda e importante, como pode ser uma atividade simplista, isto porque envolve a concepção global que a avaliação assume, como sua realização vence a inércia institucional ou acontece de forma que demonstre as informações de funcionamento da instituição, não como uma descrição, mas como uma condição de oferecer uma interpretação de seus principais acertos, bem como dos problemas e desafios que deve enfrentar no curso e médio prazo.

Diante desse panorama à instituição de educação superior cabe refletir o que aspira da avaliação, já que a prática avaliativa é um caminho volta, embora não seja a salvadora de todos os problemas.

Uma das alternativas de avaliação seria a concepção de avaliação formativa, provavelmente também a mais difícil de realizar, uma vez que possui como uma meta detectar os pontos de conflitos existentes de uma instituição e identificar que estratégias se pode adotar para melhorar os problemas. Seu objetivo é identificar mecanismos e ações que tendem melhorar a instituição numa concepção de avaliação como processo (BARRIGA, 2015).

A Constituição Federal (BRASIL, 1988) em seu artigo 207 estabelece que as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e devem obedecer ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Assim, os Institutos Federais de Ciência e Tecnologia, incluindo o de Santa Catarina (IFSC), foram criados pela Lei 11.892/2008, como as universidades possuem as mesmas prerrogativas das universidades. Em seus regimentos os institutos têm como uma das finalidades desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos.

Desta forma, a extensão também é quesito relevante na avaliação institucional.

### 2.3. PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO

No Plano Nacional de Extensão (1999), a extensão é entendida como parte indispensável do pensar e fazer universitários, assumindo-se, assim, uma luta pela institucionalização dessas atividades, tanto do ponto de vista administrativo como acadêmico, o que implica a adoção de medidas e procedimentos que redirecionam a própria política das universidades.

Para o Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX, 2012) como política nacional de educação deve-se pensar na contribuição das ações extensionistas para a produção do conhecimento e a formação de estudantes, professores e técnicos administrativos e sua efetividade para a transformação da instituição de educação superior. E para isso dependem da construção de um sistema de informações e de indicadores (sistema de monitoramento e avaliação) que permitam a avaliação das ações extensionistas.

Nessa perspectiva é importante mensurar a contribuição oferecida pelas ações extensionistas para a produção e transmissão do conhecimento e transformação social. Como parâmetros para a avaliação da extensão, tendo em vista as especificidades das instituições de educação superior e a indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão foram definidas as dimensões; a) políticas de gestão; b) infraestrutura; c) relação universidade e sociedade; d) plano acadêmico; e) produção acadêmica. Além é preciso contemplar as categorias que devem organizar o sistema, os indicadores (quantitativos e qualitativos) com os respectivos procedimentos metodológicos e as possíveis fontes de informação para sua produção, levando-se em conta que a avaliação nacional da extensão universitária deve ser centrada no processo, em razão da própria natureza da extensão (FORPROEX, 2012).

No ano de 2012, o FORPROEX, produziu a Carta de Manuas contendo 12 metas de agenda estratégica, sendo uma delas a incorporação da extensão universitária no processo de avaliação da Educação Superior, com definição de indicadores, metodologias e instrumentos, e apoio à implantação de sistemas de informação e gestão informatizados no conjunto das instituições.

Para o FORPROEX (2001) e, considerando as peculiaridades de cada instituição, a avaliação da extensão deve abordar três níveis inter-relacionados: a) o compromisso institucional para a estruturação e efetivação das atividades de extensão; b) o impacto das atividades de extensão junto aos segmentos sociais que são alvos ou parceiros dessas atividades; c) os processos, métodos e instrumentos de avaliação das atividades de extensão. No caso de compromisso institucional é verificado por meio do grau de formalização da extensão, a definição clara das políticas institucionais, com explicitação de metas e prioridades, a conceituação e tipologia das atividades, a existência de sistema de informação, o montante orçamentário, o grau de valorização nas carreiras docente e técnico-administrativo, a existência de programas institucionais de fomento de atividades de extensão, a interação da extensão com o ensino e com a pesquisa.

Em termos de aspectos quantitativos, o FORPROEX (2001) elencou alguns indicadores tais como o número de projetos desenvolvidos, o público estimado, o número de eventos realizados, o público beneficiado, tipos de cursos de extensão realizados, número de certificados expedidos, número de produtos elaborados, prestação de serviço realizada e número de municípios atendidos em ações extensionistas.

Diante desse contexto, o FORPROEX (2001), compreende que a avaliação da extensão deve estar inserida na avaliação institucional, integrada às demais áreas do fazer acadêmico, cujo modelo deve ser concebido com modelo e realidade próprios. Como um dos pressupostos é ser contínua e processual, ser qualitativa e quantitativa, realizada pela comunidade universitária e pela sociedade.

O FORPROEX (2016), nesse movimento de elaboração de indicadores para avaliação da extensão, criou em 2015 um grupo de trabalho interinstitucional com esse objetivo que, em 2016, apresentou o relatório de conclusão com a proposta de definir um conjunto de indicadores para a extensão universitária brasileira automaticamente adequável a qualquer instituição de educação superior. O relatório reconhece as múltiplas particularidades das instituições (universidades, institutos federais, centros de educação) para que o documento

fosse uma referência e pudesse ser utilizado como apoio por diferentes instituições, uma vez que os resultados apresentados pertencem a uma construção coletiva. Assim, o FORPROEX (2016), acrescentou que os resultados não podem ser considerados como acabados, mas parte de um processo contínuo de pensar a avaliação da extensão e que deva fazer parte da avaliação institucional das instituições públicas de ensino superior.

#### **4 METODOLOGIA**

A metodologia deste trabalho para se alcançar o objetivo de analisar comparativamente os indicadores de extensão do IFSC com os dados em processo de avaliação institucional e com os indicadores coletados pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão - FORPROEX é a pesquisa qualitativa.

Quanto aos fins a pesquisa é descritiva porque seus dados foram analisados de forma indutiva. A pesquisa descritiva abrange várias possibilidades tais como estudos descritivos e correlatos, estudos de casos, análise documental, estudos causais comparativos, dentre outros (TRIVINOS, 1987).

A pesquisa é do tipo estudo de caso pela escolha específica do processo de avaliação de prática extensionista no IFSC já que é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes (YIN, 2010).

O estudo de caso parte de alguns pressupostos teóricos iniciais, mas procura manter-se constantemente atento a novos elementos emergentes e importantes para discutir a problemática proposta (TRIVINOS, 1987).

Quanto aos procedimentos técnicos foram adotados para a investigação a revisão bibliográfica e documental.

No caso do procedimento técnico de pesquisa bibliográfica é um processo que consiste na obtenção de dados através de fontes secundárias, ou seja, a coleta de dados pode ser feita em materiais publicados como: livros, periódicos científicos, revistas, jornais, teses etc. Enquanto que o procedimento técnico de pesquisa documental fundamenta-se na coleta de dados em documentos de arquivos públicos ou privados, documentos pessoais ou documentos institucionais (OTANI; FIALHO, 2011).

#### **5 RESULTADOS**

O estudo de caso deste trabalho é o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) e nesse sentido, diante dos documentos públicos da instituição, procurou-se contextualizar suas práticas e concepções acerca do tema avaliação institucional.

É uma instituição com 22 unidades espalhadas pelo Estado de Santa Catarina, acrescida de sua Reitoria e de uma unidade Centro de Referência em Formação e EaD. A sua missão é a de promover a inclusão e formar cidadãos, por meio da educação profissional, científica e tecnológica, gerando, difundindo e aplicando conhecimento e inovação, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e cultural. Enquanto sua visão é ser instituição de excelência na educação profissional, científica e tecnológica, fundamentada na gestão participativa e na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (IFSC, 2014).

No IFSC a concepção de avaliação institucional está materializada no capítulo 13 do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) que para ser acompanhado e avaliado conta

com diferentes ferramentas de gestão, tais como os Colegiados que são instrumentos integradores que facilitam a comunicação, a coordenação e o controle dos elementos diferenciados que compõem o Instituto. Nessa vertente, outra ferramenta importante é a Comissão Própria de Avaliação (CPA), com função autônoma em relação à administração da instituição e os órgãos colegiados, sendo responsável pela execução do processo de autoavaliação institucional, exercendo papel fundamental no processo de avaliação e acompanhamento do plano estratégico da instituição (IFSC, 2014).



Fonte: PDI IFSC 2015-2019

Diante da análise deste ciclo é possível identificar que a avaliação institucional ocupa um espaço de relevância, tanto quanto outros documentos institucionais e de gestão. Esses dados, informações e conhecimentos disponibilizados nos documentos possibilitam a qualificação da etapa de diagnóstico institucional, imprescindível para subsidiar o processo de planejamento, tanto no nível estratégico, como nos níveis tático e operacional (IFSC, 2014).

Nesse contexto, a CPA é de extrema importância na execução de seu trabalho de forma autônoma. O organograma da CPA é constituído por uma Comissão Central, composta por representantes do corpo docente, representantes do corpo técnico-administrativo, representantes do corpo discente e um representante da sociedade civil, e por comissões locais nos câmpus e na Reitoria. As comissões locais dos câmpus são compostas por quatro representantes: um docente, um discente, um técnico administrativo e um membro da sociedade civil. A comissão local da Reitoria é composta por quatro representantes dos servidores em atuação na Reitoria (IFSC, 2014).

A concepção de autoavaliação institucional, para a CPA, é um processo de caráter diagnóstico, formativo e de compromisso coletivo, que tem por objetivo identificar o perfil institucional e o significado de sua atuação por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, observados os princípios do SINAES e as singularidades do IFSC (2014).

Por conseguinte, a avaliação institucional observa as mesmas dimensões estabelecidas pelo SINAES. Nesse trabalho, em especial, será utilizada a fundamentação teórica para análise de contexto da extensão que está contemplada na dimensão dois que trata da política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e para a gestão, e as respectivas formas



de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, às bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades (IFSC, 2014).

Na Resolução nº 61/2016/CS/IFSC, que é a regulamentação de atividades de extensão, no art. 8º, há descrição de que as atividades de extensão seguirão as diretrizes estabelecidas pelo Fórum de Extensão da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (FORPROEXT), publicadas em 2012 pela Câmara de Extensão do Conselho Nacional das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) e que perseguirá o cumprimento dos respectivos indicadores e priorizando a concepção de extensão enquanto dimensão de indução do desenvolvimento local, regional e nacional (IFSC, 2016).

Ainda na mesma resolução, em seu art. 18º, prevê que a Diretoria de Extensão do fará a gestão do sistema integrado de gestão do módulo extensão com o objetivo de assegurar o reconhecimento acadêmico para fins de avaliação de desempenho dos docentes, técnicos e discentes. Além disso, os registros das atividades de extensão comporão os indicadores de Extensão do IFSC para prestações de contas e demais documentos institucionais (IFSC, 2016).

Considerando os indicadores quantitativos elencados pelo FORPROEX (2001) correspondiam ao número de projetos desenvolvidos, ao público estimado, ao número de eventos realizados, ao público beneficiado, aos tipos de cursos de extensão realizados, aos número de certificados expedidos, aos número de produtos elaborados, à prestação de serviço realizada e ao número de municípios atendidos em ações extensionistas.

No relatório de gestão do IFSC referente ao ano 2016, que integra as informações prestadas aos órgãos de controle, observa-se certo alinhamento dos indicadores da extensão da instituição em relação aos indicadores do FORPROEX.

Desta forma, os indicadores quantitativos apresentados no ano de 2016, o IFSC desenvolveu 409 projetos de extensão, 834 ações de extensão (atividades de extensão de curta duração) e 3 programas de extensão (APROEX, Mulheres Sim e IFSC + Ativo). Essas atividades envolveram em 2016 a participação nos projetos de extensão o número de 1.499 servidores (dentre eles 1.086 docentes e 413 técnicos administrativos) e 1.103 alunos (como membros das equipes executoras). O tipo evento está inserido no quantitativo de projetos e ações. Quanto aos cursos de extensão houve a realização de 1 curso de prática extensionista (IFSC, 2017).

A extensão do IFSC, apresentou como um dos resultados de destaque para a extensão em 2016 a revisão participativa das diretrizes das atividades. Segundo o relatório de gestão (IFSC, 2017) essa mudança foi necessária para adequar o texto de 2013 à realidade atual do Instituto. Apresentou como algumas das motivações, a implantação do SIGAA, a desburocratização, o caráter educativo e o alinhamento às diretrizes do FORPROEX. Essa resolução foi submetida ao Conselho Superior do IFSC que a aprovou e passa a vigorar a partir de 2017 (IFSC, 2016).

Entretanto, em setembro de 2016, o FORPROEX, no seu relatório do grupo de trabalho interinstitucional para elaboração de indicadores de avaliação da extensão, estabeleceu 52 indicadores divididos em 16 objetivos estratégicos

Assim, como resultados deste trabalho, verifica-se, pela análise comparativa, que a avaliação da extensão é um processo em construção tanto em nível de fórum quanto institucional. Há preocupação e cuidado com a participação coletiva dos interessados no processo de elaboração de indicadores e definição de que avaliar.

## 6 CONCLUSÃO

Este trabalho se propôs a analisar comparativamente os indicadores de extensão do IFSC com os dados em processo de avaliação institucional e com os indicadores elaborados pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão - FORPROEX, na perspectiva do movimento da realidade pela cultura estabelecida.

Nos resultados verificou-se que a avaliação da extensão é um processo em construção tanto em nível de fórum quanto institucional. Isto posto que o FORPROEX (2016) acrescentou que os resultados apresentados no relatório de 2016 que não poderia considerá-los como acabados, mas parte de um processo contínuo de pensar a avaliação da extensão e que deva fazer parte da avaliação institucional das instituições públicas de ensino superior.

Em nível institucional, conforme proposto pela CPA, a avaliação é um processo de caráter diagnóstico, formativo e de compromisso coletivo, que tem por objetivo identificar o perfil institucional e o significado de sua atuação por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, observados os princípios do SINAES e as singularidades do IFSC (2014).

Desta forma, observa-se que o IFSC é uma instituição que se mantém alinhada aos movimentos nacionais nas discussões de consolidação da extensão seja por sua participação enquanto parte da rede no CONIF ou no FORPROEX.

Porém, pelo relatório apresentado pelo FORPROEX em setembro de 2016, observa-se que há um caminho longo para a construção de um sistema de avaliação da extensão que consolide todas as dimensões de uma instituição.

Além disso, a cultura da avaliação é um processo a ser consolidado como prática diária com participação coletiva na instituição da mesma forma que a extensão caminha para sua qualificação. Muitos são os desafios do gestor.

Contudo, a avaliação da extensão necessita ser parte relevante na avaliação institucional porque é na indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão que a missão institucional se concretiza e que se produz a articulação entre ciência e sociedade e produz desenvolvimento dos arranjos produtivos locais e regionais.

## REFERÊNCIAS

BARRIGA, Angel Díaz. **A avaliação no marco das políticas para a educação superior.** Desafios e perspectivas. Florianópolis: Insular, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **A cultura no mundo líquido moderno.** Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 30 dez. 2008.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2014.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 15 abr. 2004.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **A universidade pública sob nova perspectiva.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>> Acesso em 01 de junho de 2017.

CUNHA, M. I., FERNANDES, C. M. & FORSTER, M. M. **Perspectivas para o ensino e a docência universitária frente ao impacto das políticas de avaliação externa no Brasil.** Revista Avaliação, Campinas, SP, 8, (1): 11-26, mar./2003.

DIAS SOBRINHO, José; RISTOFF, Dilvo I. **Avaliação e compromisso público.** Florianópolis: Insular, 2003.

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Plano Nacional de Extensão Universitária.** Ilhéus: Editus, 1999.

\_\_\_\_\_. **Avaliação Nacional da Extensão Universitária.** Brasília: MEC/SESu; Paraná: UFPR; Ilhéus, BA: UESC, 2001.

\_\_\_\_\_. **Carta de Manaus 2012.** Disponível em <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-06-28-31o-Encontro-Nacional-Manaus.pdf>> Acesso em 9 de julho de 2017.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa de Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária.** Disponível em:<[https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Relatorio\\_Final\\_IBEU.pdf](https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Relatorio_Final_IBEU.pdf)> Acesso em 10 de julho de 2017.

IFSC. **Relatório de Gestão de 2016.** Disponível em <[http://www.ifsc.edu.br/arquivos/sic/RG\\_2016-IFSC.pdf](http://www.ifsc.edu.br/arquivos/sic/RG_2016-IFSC.pdf)> Acesso em 10 de julho de 2017.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 61/2016.** Disponível em <[http://cs.ifsc.edu.br/portal/files/consup\\_resolucao61\\_2016\\_extensao.pdf](http://cs.ifsc.edu.br/portal/files/consup_resolucao61_2016_extensao.pdf)>. Acesso em 13 de junho de 2017.

\_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2014).** Disponível em <<http://pdi.ifsc.edu.br>>. Acesso em 15 de junho de 2017.

INEP. **Avaliação Institucional.** Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/avaliacao-institucional>> Acesso em 11 de julho de 2017.  
OTANI, Nilo; FIALHO, Francisco Antônio Pereira. **TCC: métodos e técnicas.** Florianópolis: Visual Books, 2011.

SANTOS, José Luiz. **O que é cultura.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELOS, Natália Veloso Caldas de. **Avaliação do ensino superior sob a ótica dos egressos.** Curitiba: Appris, 2015.

YIN, Robert. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.